



PREFEITURA

DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB realizou a sua 76ª reunião ordinária, com a presença dos seguintes membros: José Jorge Oliveira de Almeida (Representante dos Diretores das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino – titular), Maria de Fátima Marques Gelminin e Marcelo Pereira (Representantes dos Professores das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino – titular e suplente), Michelle Barbosa Francisco e Mário Cezar de Moraes (Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino – titular e suplente), Isabelle Moura, Fidelina Rocha da Silva e Rogério Costa (Representantes dos Responsáveis da Rede Pública Municipal de Ensino – titulares e suplente), Fabíola Farias Baptista da Cunha e Lysbeth Maria Cantuária Libonati (Representantes da Secretaria Municipal de Educação – titular e suplente), Gilcimere Neves Paiva de Souza ((Representante do Conselho Tutelar - suplente) Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (Representante do Segmento Professor – SEPE) e Marco Antônio Rosa Silva (Representante do Poder Executivo Municipal – suplente). Na abertura do encontro, a presidente do Conselho, a senhora Isabelle sinalizou a presença do sr. Niverton Azevedo Antunes e à Sr.^a Marta Loureiro, presidente e vice-presidente do Conselho Municipal do FUNDEB do mandato anterior, com o propósito de repassarem para os novos conselheiros as suas experiências desenvolvidas no período da gestão anterior. O sr. Niverton relatou que foi uma das melhores experiências de sua vida profissional , pontuando os aspectos de solidariedade , consciência e competência quanto ao controle e transparência das aplicação das verbas junto às escolas, com as várias visitas e com a presença de diferentes interlocutores convidados, de acordo com a demanda, para esclarecimentos que se fizeram necessários, e no que tange às diferenças de opiniões dentro do grupo , tudo era discutido e resolvido dentro do grupo. E ao longo do exercício a principal preocupação era pensar, analisar, decidir e divulgar aos seu pares todas as tomadas de decisão, sempre embasadas pela Legislação em vigor. Não havendo mais perguntas aos dois ex-conselheiros, a presidente agradeceu a presença . Verificada a existência de quórum iniciou-se a reunião com as boas vindas e apresentação dos novos conselheiros, Maria Eduarda,

Marcelo, Rogério e Gilcimore. Registra-se a presença do auditor do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro- TCMRJ, sr. Marcelo Ribeiro. Neste momento, o auditor apresenta relatório resumido da execução orçamentária - Demonstrativo das Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e faz considerações gerais sobre o mesmo. O conselheiro Marco Antônio sugere um ofício ao TCMRJ, apresentando o novo Conselho e perguntando se há pendências nas prestações de contas da SME nos exercícios anteriores. A sugestão foi acolhida por todos. Visando otimizar o tempo da reunião, ficou acordado que a ata será enviada aos conselheiros com antecedência de modo que os mesmos procedam a leitura e análise, reenviando à secretária executiva, professora Maria Cristina, as ressalvas que se fizerem necessárias. Com relação à ata da reunião anterior, do dia 02 de abril, foi aprovada com a seguinte ressalva: onde se lê “A conselheira Maria de Fátima pergunta sobre a questão do Banco Imobiliário...”, leia-se: “A conselheira Maria de Fátima pergunta qual o papel do Conselho no caso do Banco Imobiliário...”. Dando seguimento à pauta, realizou-se a distribuição de cópia do Decreto de Designação dos Conselheiros, DO. Rio, nº 24, de 17/04/2014. Quanto ao convite do Ministério Público, diante da observação que o dia agendado coincidia com o feriado de Corpus Christi, ficou acordado que a secretária do Conselho irá contatar o MP para confirmar a data. O próximo item da reunião foi o repasse da reunião do MP ocorrido no dia 28 de abril pelas conselheiras Fabíola e Maria de Fátima. Elas informaram que a ação, de cunho nacional, com universo de aproximadamente 200 unidades escolares das redes municipal e estadual, abrangendo cerca de 12 escolas da área de 7ª CRE. Tem por objetivo observar as condições físicas, material pedagógico e pessoal de cada escola visitada. Que o MP não está contra a direção da unidade escolar, e sim firmar parcerias, cobrando da Gestão maior uma ação mais eficaz. Elas ainda informam que o site do MP apresenta a relação das escolas, assim como maiores detalhes da ação. Enquanto aguardam a chegada da professora Maria Cecília Ferreira que conversará sobre os programas do Governo Federal, o conselheiro Marco Antônio faz um pequeno histórico sobre o Programa de Recuperação da Rede Física das Escolas Públicas: por ocasião de abril de 2010, após grande temporal que se abateu sobre o Rio de Janeiro, o Governo Federal publicou Portaria do FNDE, que os conselheiros receberam cópia na reunião anterior, detalhando a liberação de recursos visando recuperação da rede física das unidades escolares, metade para grandes reformas e metade para serviços de pouca monta. Da listagem inicial duas escolas foram substituídas após autorização do FNDE (Nova Holanda e Rocinha). A conselheira Gilcimore pergunta se as escolas da área de Jacarepaguá que passaram por reformas foram beneficiadas por este recurso, o conselheiro Marco Antônio esclarece que não necessariamente, pois muitas escolas foram e estão sendo reformadas por recursos do Tesouro Municipal. A

professora Maria Cecília Ferreira, da Coordenadoria de Planejamento da SME, informa que anteriormente o Conselho emitia seu parecer em quadro definido pelo FNDE, atualmente estes emitem pareceres via web, através do sistema SIGECOM, encontrando na página do FNDE. O conselheiro Marco Antônio lembra que toda firma responsável pela obra realizada precisa ter o aceite provisório das direções das escolas para poderem receber a parcela final (10%) do contrato. A conselheira Lysbeth propõe que se convide representante da Coordenadoria de Infraestrutura da SME para maiores esclarecimentos sobre o tema. Moção aceita por todos. O conselheiro Marco Antônio explica os quadros sobre obras realizadas com recurso federal. A conselheira Michelle pergunta se existe algum curso que explique de forma mais clara toda esta questão orçamentária, o conselheiro Marco Antônio lembra que distribuiu pelo menos quatro “cartilhas” sobre o tema, que muitos desses cursos não apontam as orientações básicas, e que se propõe a explicitar numa linguagem mais acessível, de modo que todos possam entender todos os itens de uma planilha ou quadro orçamentário. A professora Maria Cecília elenca alguns programas federais dos quais a Prefeitura participa: PDDE, Mais Educação, PNAE, entre outros, porém a sua vinda ao Conselho tem por objetivo explicar sobre as verbas oriundas do Governo Federal utilizadas pelas escolas com Educação Infantil. Que em 2012, o Governo Federal através de resolução específica do FNDE, liberou aproximadamente R\$ 3 milhões, para atender as crianças participantes do Programa Bolsa Família, informação fornecida pela SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social e que constavam da Rede Municipal de Educação, na faixa etária que contempla a educação infantil. A conselheira Fabíola confirma a decisão de aplicar a verba no Projeto “Minha Primeira Biblioteca”, cujo objetivo era criar hábitos da leitura, formando novos leitores, atendendo todos os alunos de creche e pré-escola da Rede Municipal, permitindo o manuseio neste segundo semestre, de até dois livros por criança, que foram usados nas atividades diárias e ao final do ano letivo, cada criança levou seus livros para casa. Para este ano decidiu-se aplicar a verba na compra de brinquedos didáticos, mas esbarra-se nos trâmites legais para aquisição dos brinquedos (licitação, por exemplo). A professora Maria Cecília reitera a fala da conselheira ao lembrar-se das dificuldades do poder executivo em aplicar algumas verbas federais, citando como exemplo, o Programa de Transporte Escolar que a Prefeitura não pode utilizar, porque a Lei Orgânica não reconhece a existência de áreas rurais no Município. A presidente do Conselho agradece a presença da professora Maria Cecília. Dando prosseguimento, o senhor Misael Maia Saade, Analista de Planejamento e Orçamento da SMF atuando na SME, acusa o recebimento da resposta da 2ª Coordenadoria Regional de Educação referente ao Ofício CMACS- FUNDEB nº07. O referido ofício trata da demanda da 1ª Promotoria

de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, Notificação 1ª PJTCPEC nº 315/13, que trata da prestação do serviço educacional prestado pelo Grupo Comunitário Creche Tia Maura. Após ciência de todo o histórico, o Conselho acordou que a resposta emitida pela E/2ªCRE seria encaminhada à 1ª Promotoria. O conselheiro Marco Antônio lembra que o Conselho não é subordinado aos órgãos de controle, mas sim parceiro, portanto ciente de sua autonomia. Na continuação, os conselheiros concordaram com a pauta da próxima reunião: Censo escolar e esclarecimentos sobre Orçamento pelo conselheiro Marco Antônio. Lembrando que a próxima reunião ordinária acontecerá no dia 04/06, na sala 350, e tão logo se confirme a data da Audiência Pública, a secretária, Professora Maria Cristina, informará aos conselheiros, via e-mail. E, por nada mais haver a registrar, eu, Maria Cristina Lautenschlager Kohn, matrícula 11/082831-9, investida nas funções de secretária, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2014.

Maria Cristina Lautenschlager Kohn

matrícula 11/082831-9